

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. AUGUSTO COUTINHO)

Requer audiência pública com representantes da Comissão de Valores Mobiliários, Banco de Brasília – BRB e Caixa Econômica Federal para falar sobre o caso do Banco Master.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública sobre a regulação do Banco Master pela Comissão de Valores Mobiliários e sobre os negócios havidos entre aquele banco e o Banco de Brasília – BRB e Caixa Econômica Federal. Sendo assim, proponho convidar:

- 1) Um representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- 2) Um representante do Banco de Brasília – BRB;
- 3) Um representante da Caixa Econômica Federal;
- 4) Juliana Monici Souza Pinheiro, chefe de gabinete do governador Ibaneis Rocha.

JUSTIFICAÇÃO

Ganhou notoriedade recente no Brasil, os problemas de um banco pequeno, o Banco Master, que teria profundas conexões com várias instâncias do Poder Público em Brasília.



Após idas e vindas, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial de quatro instituições do Conglomerado Master após identificar uma “grave crise de liquidez”, sérios problemas financeiros e irregularidades no cumprimento das normas do sistema financeiro.

Já solicitamos uma audiência pública exclusivamente com o Presidente e Diretores do Banco Central sobre as questões relativas à esfera de atuação deste órgão neste caso.

No entanto, houve eventos ainda pouco claros com outros órgãos públicos. Como informa o Globo¹, há caso de fraudes envolvendo o Banco Master que se arrasta há anos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em que não se consegue encontrar uma solução.

A CVM, recentemente, tornou o governo do Distrito Federal e Juliana Monici Souza Pinheiro, chefe de gabinete do governador Ibaneis Rocha (MDB-DF), réus em um processo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relacionado às operações do Banco Regional de Brasília (BRB) com o Banco Master, ato que ocorreu dias após a deflagração da Operação *Compliance Zero*, pela Polícia Federal, que levou à prisão do dono do Master, Daniel Vorcaro, e ao afastamento do Presidente do BRB, Paulo Henrique Costa².

Em março de 2025, o BRB anunciou que pretendia adquirir cerca de 58% do capital total do Master, com 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, com um valor estimado da transação de R\$ 2 bilhões. O Banco Central do Brasil (BCB) rejeitou a aquisição do Master pelo BRB em 3 de setembro de 2025, após cerca de cinco meses de análise.

O BRB, no entanto, já havia adquirido cerca de R\$ 12,7 bilhões em carteiras de crédito do Master antes da oferta de compra do controle. E essas operações agora são parte das investigações envolvendo fraudes. Ainda que o BRB alegue que mais de R\$ 10 bilhões dessas carteiras já tenham sido “liquidadas ou substituídas”. O fato é que a operação levantou graves suspeitas

¹ <https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2025/11/caso-de-fraude-no-master-se-arrasta-ha-anos-na-cvm-com-pedidos-de-vista-de-diretores.ghtml>

² <https://www.terra.com.br/economia/cvm-torna-reus-chefe-de-gabinete-de-ibaneis-e-governo-do-df-em-processo-que-envolve-o-brb,16395e369dc490c6fc1ca619ee5440e8wj7nx1p3.html>



de fraude sobre se as carteiras negociadas estariam ou não envolvidas em uma engenharia de créditos inexistentes.

O Master, por sua vez, afirma que não foi responsável pela emissão desses créditos, afirmando que a responsabilidade seria da empresa de crédito que repassou os empréstimos e a documentação irregular fornecida por essa empresa. Há aqui uma divergência clara entre o Master e o BRB que precisa ser esclarecida.

Uma decisão judicial liminar chegou a barrar a assinatura do contrato por considerar que faltavam aprovações internas do BRB — como autorização da assembleia de acionistas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Outro movimento estranho com bancos públicos ocorreu com a destituição de dois gerentes da Caixa Econômica Federal que se opuseram à compra de um lote de R\$ 500 milhões em letras financeiras do Banco Master, consideradas arriscadas demais para os padrões do banco. Um parecer sigiloso da área de renda fixa da Caixa Asset, o braço de gestão de ativos da estatal, teria desaconselhado enfaticamente a operação, considerada “atípica” e “arriscada”³.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado AUGUSTO COUTINHO

2025-22437

³ <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/07/gerentes-da-caixa-perdem-cargo-apos-barrarem-operacao-arriscada-e-atipica-de-r-500-milhoes.ghtml>

